



COMPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 05.935.402/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos aos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta é a íntegra das Demonstrações Financeiras publicadas. Campinas, 30 de Abril de 2024.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	169	83	164.587	183.712	
Aplicações financeiras	-	-	35.871	33.676	
Contas a receber de clientes	-	-	36.749	30.899	
Partes relacionadas	-	-	1.233	606	
Tributos a recuperar	9	25	2.663	3.914	
Dividendos antecipados pagos	-	-	250	250	
Dividendos a receber	-	-	6.426	-	
Outros ativos	-	-	2.104	2.481	
	178	6.784	243.207	255.538	
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	7.498	5,51	
Outros créditos	-	-	-	548	
Investimentos em controladas e coligadas	175.547	170.978	42	50	
Depósitos judiciais	-	-	6.073	4.984	
Imobilizado	-	-	61.894	58.901	
Bens direito de uso	-	-	4.350	5.588	
Intangível	-	-	65.831	64.629	
	175.547	170.978	145.688	139.751	
	175.725	177.762	388.895	395.289	

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$ - exceto o lucro básico e diluído por ação, em reais)	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
	Recargas	-	-	224.014	
Custo dos serviços prestados	-	-	(118.492)	(104.873)	
Lucro bruto	-	-	105.522	91.296	
Despesas gerais e administrativas	(202)	(31)	(48.681)	(39.086)	
Despesas comerciais	-	-	(23.737)	(18.087)	
Equivalência Patrimonial	24.422	27.038	-	-	
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	(6.438)	(2.301)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	24.220	27.007	26.666	31.822	
Receitas financeiras	24	35	26.375	26.466	
Despesas financeiras	(2)	(2)	(1.877)	(1.723)	
Resultado financeiro, líquido	22	33	24.498	24.743	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.242	27.040	51.164	56.566	
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(7.191)	(5.616)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.950	1.061	
Lucro líquido do exercício	24.242	27.040	45.923	52.011	
Atribuível a:					
Acionistas controladores	-	-	24.242	27.040	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	21.681	24.971	
	-	-	45.923	52.011	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
	Fluxos de caixa das atividades operacionais	24.242	27.040	45.923	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.950)	(1.061)	
Provisão imposto de renda e contribuição social	-	-	7.191	5.616	
Provisão para riscos	-	-	5.348	1.101	
Depreciação e amortização	-	-	12.045	12.460	
Gainho na alienação do ativo imobilizado baixado	-	-	(24)	(144)	
Equivalência Patrimonial	(24.422)	(27.038)	-	-	
Outros movimentos em ativos intangíveis	-	-	806	-	
Juros e variações monetárias de empréstimos e arrendamentos	-	-	3	541	
	(180)	5	69.880	70.859	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Atribuível aos acionistas da controladora						
	Capital social	Reserva de capital (ágio)	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Participação não controladores
	Em 1º de janeiro de 2022	65.000	(27.383)	1.684	134.212	-	173.513
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.040	27.040	24.971
Complemento de reserva legal	-	-	1.352	-	(1.352)	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(22.794)	-	(22.794)	(21.197)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.422)	(6.422)	(5.923)
Dividendos declarados	-	-	-	(37.630)	-	(37.630)	-
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	19.266	(19.266)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	65.000	(27.383)	3.036	93.054	-	133.707	156.048
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.242	24.242	21.681
Complemento de reserva legal	-	-	1.212	-	(1.212)	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(2.177)	-	(2.177)	(12.123)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.758)	(5.758)	(5.346)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	17.272	(17.272)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	65.000	(27.383)	4.248	108.149	-	150.014	160.260

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Compar Participações S.A. ("Controladora"), localizada em Campinas, dedica-se a investimento em empresa de radiodifusão no Brasil, como acionista ou quotista, em sua controlada Empresa Paulista de Televisão S.A. ("EPTV" (conjuntamente a "Companhia" ou "Consolidado"). A controlada Empresa Paulista de Televisão S.A. ("EPTV"), também sob controle por ações de capital fechado, localizada em Campinas, estado de São Paulo, com unidade geradora em Campinas e Ribeirão Preto, dedicando-se às atividades de radiodifusão com transmissão de sinal de TV digital para 115 municípios do estado de São Paulo. A outorga para a execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens é concedida pela União Federal através de aprovação do Presidente da República e Congresso Nacional. Além disso, as outorgas para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens são concedidas separadamente por localidade. As outorgas não são exclusivas e expiram após 15 anos contados a partir da sua concessão e são renováveis mediante solicitação por um período similar. Os prazos das outorgas da Empresa Paulista de Televisão S.A., para os períodos de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2036 "localidade Campinas/SP" e de maio de 2022 a maio de 2036 "localidade Ribeirão Preto/SP", encontram-se em processo de renovação, tendo sido protocolado no Ministério das Comunicações, em agosto de 2020 e, considerando que a Companhia vem cumprindo com todos os requerimentos da lei, não existem quaisquer indicativos de que o processo de renovação não será concluído como ocorreu em oportunidades anteriores. A Empresa Paulista de Televisão S.A. atua como emissora afiliada à Rede Globo de Televisão e tem sua programação básica fornecida por aquela empresa, com suporte formal em contratos firmados entre as partes. Os saldos e resultados provenientes das transações com a Rede Globo refletem as condições estabelecidas em negociações, suportadas por esses contratos. A Companhia "EPTV" controla ainda a empresa Terra da Gente Produções e Eventos Ltda., localizada em Campinas, estado de São Paulo, dedicando-se às atividades de prestação de serviços de publicidade e distribuição de peças em geral, geração e transmissão de sinais e produção de programas para empresas radiodifusoras e outras; a empresa Rádio Regional Comunicação Ltda., localizada em Ribeirão Preto, estado de São Paulo, dedicando-se às atividades de radiodifusão; e também a empresa Rádio Cultura de Campinas que se dedica a atividades de radiodifusão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de abril de 2024. **2. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidência nas suas informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Consolidação:** **a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), uma vez que a Companhia possui investimento em controlada que é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, o investimento na controlada é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, sendo ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos da investida tendo como contrapartida uma conta de "Equivalência Patrimonial em resultado do período". As seguintes empresas são controladas direta ou indiretamente pela Controladora:

	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %
Empresa Paulista de Televisão S.A.	52,036%	-	52,036%	-
Terra da Gente Produções e Eventos Ltda.	52,036%	-	52,036%	-
Rádio Regional Comunicação Ltda.	52,036%	-	52,036%	-
Rádio Cultura de Campinas Ltda.	52,036%	-	52,036%	-

2.3. Conversão de moeda estrangeira: **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e outros investimentos de curto prazo, com vencimento de até três meses, com risco insignificante de alteração de valor. São prontamente convertíveis em caixa, sendo indexados à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"). **2.5. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras CDB e fundos de investimentos, são mantidas em instituições financeiras de primeira linha, que possuem taxas de avaliação de rating, são de curto prazo, não estão sujeitas a riscos de perdas significativas e de modo geral mantêm-se no "CDI" como referência. **2.5.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **a) Custo Amortizado:** São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Depósitos judiciais" e "Partes relacionadas". **b) Valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas

Média ponderada em anos	Edificações de emissoras		Instalações técnicas e administrativas		Máquinas e equipamentos		Equipamentos de informática		Veículos		Móveis, utensílios	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	4	7	4	7	5	5	5	5	5	5	5	5

A Administração

Revisamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Compar Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar, que essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Compar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações completas foram revisadas pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda., não contendo ressalvas, disponíveis na sede da Companhia.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
	Lucro líquido do exercício	24.242	27.040	45.923	
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	24.242	27.040	45.923	52.011	
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	-	-	24.242	27.040	
Participação dos não controladores	-	-	21.681	24.971	
	-	-	45.923	52.011	

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", líquidas "na demonstração do resultado. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder ao seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Quando aplicável, os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso e venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14. Provisões para riscos:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre o prejuízo fiscal e as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.16. Benefícios a empregados:** **a) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro operacional da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation). **2.17. Patrimônio Líquido:** **a) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18. Reconhecimento da receita:** **a) Receita de publicidade:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de publicidade é registrada quando ocorre a exibição. A Companhia reconhece a receita quando a obrigação de desempenho é cumprida. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita bruta de publicidade na Companhia compreende a veiculação de publicidade negociada localmente, assim como a negociação pela Rede Globo para exibição na emissora. As trocas não monetárias de publicidade por serviços ou produtos são registradas ao valor de mercado e receitas e despesas. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19. Arrendamentos:** CPC 06 (R2) - "Arrendamentos"; com essa norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil que se enquadram na respectiva norma contábil. A Companhia adotou procedimentos internos para contabilização dos contratos de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2), e realiza mensalmente, as respectivas contabilizações e adições de novos contratos, quando aplicável. A Companhia reconhece o ativo de direito de uso, contra passivo de arrendamento, considerando-se os valores dos contratos de arrendamento mercantil, e aplica taxa incremental para cálculo do valor presente líquido. **2.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital própria:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21. Outras receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios. **2.22. Depósitos judiciais:** Em regra geral, os depósitos judiciais são mantidos pelo seu valor original, desde que não tenha determinação legal expressa que condicione, necessariamente, a atualização dos valores depositados a eventual sucesso na lide pelo depositante, e quando aplicável, apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho

favorável da questão para a Companhia. **2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **CPC 50 - Contratos de Seguro:** O CPC 50 Contratos de Seguro é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 substitui o CPC. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O CPC 50 é baseado em um modelo geral, complementado por: **•** Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável). **•** Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao CPC 23:** As alterações ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e reavaliação de erro esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32:** As alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro estretam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32:** As alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: **•** Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e **•** Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data de efetivação. A exceção temporária obrigatória cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale And Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):** Em janeiro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos para as normas brasileiras) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidades de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrend